



Índice

- 01** [MPF/PA pede a suspensão da concessão da Floresta Nacional do Crepori, em Itaituba](#)
- 02** [Com recursos próprios, Prefeitura vai concluir drenagem na alameda Vulcano](#)
- 03** [Polícia Federal cumpre mandados de prisão em terras indígenas em dois estados](#)
- 04** [Advocacia-Geral firma acordo que põe fim a conflito fundiário pela ilha de Marambaia/RJ](#)
- 05** [Povo indígena vence a seca e a desnutrição em Honduras](#)
- 06** [Brasil: Políticas sem consulta a povos indígenas e tradicionais](#)
- 07** [PF conclui 15 das 16 reintegrações no sul da BA; índios resistiram às ações](#)
- 08** [O povo Xukuru propõe uma alternativa de vida: a Agricultura do Bem-Viver](#)
- 09** [Relatório sobre expansão de terra indígena pode ser votado na quarta-feira](#)
- 10** [Reintegração de posse no Tarumã é suspensa após confronto entre PMs e supostos indígenas](#)
- 11** [Hidrelétrica Teles Pires: suspensão de segurança contra os indígenas, por Telma Monteiro](#)
- 12** [Mutirão Rural da Cidadania encerra atividades em 2014 com mais de 130 mil atendimentos](#)
- 13** [Jovens indígenas Apinajé, Krahô, Krikati, Gavião, Canela Ramkokamekrá e Apanjekrá realizam mapeamento e diagnóstico etnoambiental das terras Timbira](#)
- 14** [Última mensagem da comunidade Guarani Kaiowá de Kurusu Ambá antes de massacre à Presidenta Dilma](#)
- 15** [PM pode chegar a qualquer momento na Terra Indígena do Jaraguá](#)



-
- 16** [Não a PEC -215](#)
 - 17** [Indígenas Terena são atacados por seguranças armados em fazenda retomada no MS](#)
 - 18** [Índios invadem fazenda e pedem conversa com dona e presença da polícia](#)
 - 19** [UFGD sedia e realiza Congresso Internacional sobre Estudos Interculturais](#)
 - 20** [Polícia cumpre reintegração de posse em terreno ocupado por famílias indígenas, em Manaus](#)
 - 21** [Seminário “Práticas e saberes indígenas na alimentação escolar” \(CPI-SP\)](#)
 - 22** [Ufopa vai destinar 65 vagas para quilombolas](#)
 - 23** [Ministério da Justiça prorroga permanência da Força Nacional na Bahia](#)
 - 24** [Paratur promove Encauchados de Vegetais da Amazônia como atrativos turísticos](#)
 - 25** [Lava-Jato: PF liga doleiro aos Cinta Larga na extração de diamantes em terras indígenas](#)
 - 26** [Inkra instala Mesa Permanente de Política Quilombola no Mato Grosso](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

01 MPF/PA pede a suspensão da concessão da Floresta Nacional do Crepori, em Itaituba
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Processo de licitação dos recursos florestais escondeu a existência de populações tradicionais e indígenas que vivem na área

[MPF/PA](#)

A concessão da Floresta Nacional (Flona) do Crepori, em Itaituba, no sudoeste do Pará, pode ser suspensa pela Justiça Federal, a pedido do Ministério Público Federal (MPF), porque o processo de licitação dos recursos florestais escondeu a existência de populações tradicionais e indígenas vivendo no interior da área e utilizando a floresta. De acordo com o MPF, há flagrantes irregularidades no plano de manejo elaborado pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio), gestor da Flona. O vencedor do leilão foi a empresa Brasad'Oc Timber Comércio de Madeiras Ltda.

Quando o edital de licitação da Flona do Crepori foi divulgado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) em maio de 2013, o MPF identificou a irregularidade no plano de manejo, que mencionava a existência de pelo menos 213 pessoas morando e utilizando os recursos da área mas desconsiderava a presença de possível população tradicional e dos limites entre a Flona e a Terra Indígena Sawre Muybu, dos Munduruku, em fase de demarcação.

A partir da constatação das irregularidades, o SFB recebeu recomendação para suspender o processo de licitação, mas respondeu que não acataria a recomendação. O MPF solicitou perícia sobre a população da área, coordenada pelo pesquisador Maurício Torres, que já havia feito, a pedido do ICMBio, uma revisão populacional da área. A revisão mostrava claramente a existência de população tradicional, mas foi

CONT.



desconsiderada tanto pelo ICMBio (que não enviou o parecer), quanto pelo SFB.

A população ignorada seguidamente pelo ICMBio e pelo SFB vive no rio das Tropas e, de acordo com a descrição do perito Maurício Torres, trata-se de “garimpeiros que utilizam técnicas artesanais de garimpagem manual, de baixo impacto ambiental e de alta composição de saber patrimonial agregado”. “A população tradicional deve ser identificada como beneficiária da unidade, com exceção de uma ocupação cujo perfil não caracterizava uma posse legítima à época da criação da UC (unidade de conservação) que deve ser notificada para saída sem direitos indenizatórios”, prossegue.

A perícia afirmou ao MPF que “o projeto de concessão, tendo em vista a área licitada, impactaria as comunidades encontradas, uma vez que a atividade madeireira em suas proximidades afetaria o modo de vida local.” Mais do que isso, foi possível observar que a área de uso direto e até de moradia desses grupos figura dentro do perímetro a ser licitado (...) o que tornaria impossível a permanência do grupo na área”.

“Há evidente ocupação do povo Munduruku na área da Flona Crepori, sendo que tais áreas eram utilizadas em conjunto pela comunidade e pelo povo Munduruku. O relatório conclui, ainda, que no interior das áreas licitadas passam igarapés de pesca, trilhas de caça e zonas de coleta. Ademais, há concentração de aldeias Munduruku na margem esquerda do rio das Tropas, na divisa com a Flona, a menos de 2 km do megaempreendimento madeireiro, chamando a atenção, ainda, para ausência de consulta ao povo Munduruku e as demais comunidades tradicionais, na forma da Convenção 169 da OIT”.

O MPF pediu que a Justiça suspenda imediatamente a concessão da BrasaD’oc Timber para a realização de um estudo antropológico complementar que caracterize judicialmente as populações da área. Já são duas as concessões florestais do SFB que estão sendo investigadas pelo MPF, recentemente, o leilão das Flonas de Itaituba I e II, que também afeta os Munduruku e populações tradicionais, foi questionado.

O processo contra o leilão da Flona do Crepori foi encaminhado pelo MPF à Justiça Federal em Itaituba.

02 Com recursos próprios, Prefeitura vai concluir drenagem na alameda Vulcano
SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 27.11.2014

Fonte: **Assessoria de Imprensa PMC** em 27 de Novembro de 2014



Prefeito esteve na alameda e conversou com moradores. Clóvis Neto/PMC

Na manhã desta quinta-feira, 27 de novembro, o prefeito Paulo Duarte esteve na alameda Vulcano, comunidade ribeirinha localizada no bairro Borrowisk, e anunciou a conclusão da galeria que corta a região. A obra será toda realizada com recursos próprios do Município e deve começar no início do próximo ano.

"Vamos, de imediato, licitar essa intervenção e até janeiro devemos iniciar os trabalhos aqui", garantiu o prefeito durante conversa com os moradores. A estimativa, segundo o secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Gerson da Costa Melo, é de que o serviço seja concluído dentro de até três meses.

"Vamos fazer a laje no fundo e as paredes de contenção, impedindo que a água saia do canal e entre nas casas", explicou o engenheiro. Com as fortes chuvas que atingiram a cidade neste mês, alguns moradores da comunidade enfrentaram problemas. "A água veio com muita força e subiu o córrego", contou Angélica Rodrigues Ozório.

Com a conclusão da galeria pluvial que atravessa os bairros Guató, Cristo Redentor e deságua na Popular Velha, o volume de água que passa pela Vulcano aumentou. "Toda essa chuva vem pra cá. E aqui no trecho

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

onde vamos fazer a obra ela chega com muita força, por isso a necessidade de reforçar esse canal", detalhou Gerson.

A obra vai beneficiar diretamente as mais de 60 famílias instaladas no local. "É uma comunidade tradicional e que faz parte da história da nossa cidade, com uma importância muito grande não só para Corumbá, como para todo o Mato Grosso do Sul", destacou Paulo Duarte.

Em 2010, a comunidade quilombola da alameda Vulcano recebeu o certificado de "Remanescentes de Quilombo", título dado pelo Ministério da Cultura, através da Fundação Cultural Palmares. A comunidade ribeirinha "Família Ozório" foi a primeira de Corumbá a receber esta certificação.

O título proporciona para os moradores, através de trâmites legais, a garantia da posse da terra e o desenvolvimento sustentável das comunidades remanescentes dos quilombos. Neste caso, o cálculo, demarcação e titulação de posse, ficam a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).



03 Polícia Federal cumpre mandados de prisão em terras indígenas em dois estados
SÍTIO AGÊNCIA BRASIL, 27.11.2014

Alex Rodrigues - Repórter da Agência Brasil Edição: **Aécio Amado**

A Polícia Federal (PF) deflagrou hoje (27) duas operações de combate a crimes cometidos por índios, em áreas indígenas. Sem nenhum outro vínculo além do fato de terem como alvo moradores de comunidades indígenas, as ações policiais ocorreram em dois dos estados onde, nos últimos anos, intensificou-se a luta pela demarcação de reservas indígenas: Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

A chamada Operação Terra Fértil foi deflagrada na manhã desta quinta-feira para apurar o arrendamento de terras no interior da Reserva Indígena Ventarra, em Erebangó, no Rio Grande do Sul. Policiais federais cumpriram três mandados de prisão temporária, seis de busca e apreensão e dois de condução coercitiva (quando a pessoa é conduzida à delegacia a fim de prestar depoimento e liberada em seguida), além de apreender documentos e máquinas agrícolas.

Segundo a PF, os suspeitos de arrendar ilegalmente terras indígenas para agricultores da região são um ex-cacique, um servidor da Fundação Nacional do Índio (Funai) e um comerciante do município gaúcho de Getúlio Vargas. Se ficar comprovado o envolvimento com o esquema, os investigados vão ser indiciados pelos crimes de usurpação de bem público, corrupção ativa e passiva, prevaricação e formação de quadrilha.

Conhecedor da realidade local, o missionário do Conselho Indigenista Missionário Roberto Antonio Liebgott disse à **Agência Brasil** que a polêmica em torno do arrendamento, pelos próprios índios, de parte de suas terras não é nova, mas parte de um problema histórico.

"Desde os anos 1800, dizia-se preconceituosamente que os índios – que não dispunham dos meios adequados – não eram dados ao trabalho e que, portanto, deviam arrendar suas reservas a quem estava disposto a trabalhar, no caso, os imigrantes recém-chegados. Durante o século passado, os índios chegaram a ser incentivados por órgãos do próprio Estado a recorrer ao arrendamento como alternativa econômica para toda a comunidade. Ou seja, isso é parte de um processo histórico, uma questão quase cultural", explicou Liebgott.

De acordo com Liebgott, embora proibido pela Constituição Federal de 1988, o arrendamento de parte dos territórios indígenas, às vezes, é encarado como uma alternativa de subsistência para as comunidades que não dispõem do apoio necessário para desenvolver outras atividades em suas terras. "O que não se pode

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

fazer é confundir essa questão, que é localizada, com o direito dos povos indígenas a suas terras tradicionais. Se o arrendamento é uma prática ilícita, que ele seja combatido, mas sem tentar se aproveitar desse fato para dizer que os índios não precisam de terra e, assim, negar seus direitos."

Outra operação federal ocorre na cidade sul-mato-grossense de Laguna. Com mandados judiciais em mãos, policiais prenderam cinco moradores da Aldeia Rancho do Jacaré. Segundo a PF, eles fazem parte de um grupo que, de posse de armas de fogo, ameaçava o restante da comunidade, impondo sua vontade à força. Ainda de acordo com a PF, o grupo já havia sido autuado no mês passado, mas voltou a atentar contra os outros índios, cometendo crimes como tentativa de homicídio, abuso sexual de menores, lesões corporais, ameaça e constrangimento ilegal.

Os detidos durante a chamada Operação Parajás II vão ser encaminhados ao presídio mais próximo, onde ficarão à disposição da Justiça Federal de Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul.



04 Advocacia-Geral firma acordo que põe fim a conflito fundiário pela ilha de Marambaia/RJ
SÍTIO JORNAL DIA DIA, 27.11.2014

Foto: www.retis.igeo.ufrj.br

Uma iniciativa da Advocacia-Geral da União (AGU) deve pôr fim a um conflito fundiário que dura quase quatro décadas e que era alvo de disputa judicial há pelo menos 12 anos. Trata-se da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), nesta quinta-feira (27/11), no Rio de Janeiro, que vai permitir a chamada "titulação conjunta" da ilha fluminense de Marambaia. O terreno era reivindicado pela Marinha do Brasil, que utiliza o local para treinamentos militares, e por comunidades quilombolas da região.

O documento prevê a delimitação das áreas que são destinadas exclusivamente para os militares e, em contrapartida, regulariza aquelas que poderão ser utilizadas pelos descendentes de escravos. Outra parte da ilha será reservada para a preservação da Mata Atlântica remanescente. Também será garantida a continuidade dos serviços de saúde, educação e transporte, disponibilizados pela Marinha aos moradores da ilha.

Com a homologação judicial do TAC será extinta ação civil pública, ajuizada em 2002 pelo Ministério Público Federal (MPF), contra a União e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), justamente para reivindicar a posse da terra aos que vivem no local.

Para a AGU, o TAC representa um marco significativo para todos os órgãos envolvidos, uma vez que pacifica a questão que perdura 12 anos, assim como garante a integridade da área militar conjuntamente à manutenção da identidade cultural dos moradores.

O acordo será celebrado entre AGU - por meio das procuradorias regionais da União da 2ª Região (PRU2) e Federal da 2ª Região (PRF2) -, Marinha, MPF, Incra, Superintendência de Patrimônio da União (SPU) e Associação dos Remanescentes de Quilombo da ilha Marambaia (Arqimar). A cerimônia acontece às 15h, no Salão Histórico do Comando do 1º Distrito Naval, que fica na Praça Mauá nº 65, Centro.

A PRU2 é unidade da Procuradoria-Geral da União e a PRF2 é unidade da Procuradoria-Geral Federal (PGF), ambos órgãos da AGU.

Por: Ascom/AGU

05 Povo indígena vence a seca e a desnutrição em Honduras
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



A reluzente cozinha de Estanislá Reyes, que ela e seu marido construíram trabalhando 15 dias das 6h às 18h. Dos novos fogões ecológicos saem os alimentos com que os tolupanes da comunidade de Pueblo Nuevo, no norte de Honduras, acabaram com a desnutrição infantil em apenas dois anos. Foto: Thelma Mejía/IPS

por Thelma Mejía, da [IPS](#)

Pueblo Nuevo, Honduras – No coração da montanha de Pijol, no departamento de Yoro, norte de Honduras, os tolupanes da comunidade de Las Vegas de Tepemechín de Pueblo Nuevo têm muito para comemorar: a fome deixou de ser um problema para eles e seus filhos menores de cinco anos foram resgatados das garras da desnutrição infantil.

Seus moradores, do povo indígena tolupan, se livraram das consequências da seca que este ano se estendeu por muitas regiões do país e afetou severamente a produção de grãos básicos, como feijão e milho, por causa da mudança climática e do fenômeno El Niño. Há dois anos, os tolupanes de Pueblo

CONT.



Nuevo contam com reservas de alimentos que armazenam em um local comunitário. Desapareceram os “junhos negros”, repetiam os habitantes da aldeia quando a IPS compartilhou um dia com eles.

“De junho a agosto, tínhamos uma fase muito dura, não tínhamos o que comer, comíamos raízes, era uma fase de subsistência, sempre dizíamos: aí vêm os junhos negros”, contou o líder da tribo, Tomás Cruz, de 27 anos e professor de profissão. “Mas agora podemos sorrir e dizer: desapareceram os junhos. Agora temos alimentos para nossa dieta e a de nossos filhos, que tinham sérios problemas de desnutrição porque não havia comida”, acrescentou.

A transformação veio pelas mãos do Programa Especial de Segurança Alimentar (Pesa) da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que conta com fundos do Canadá e que tem entre seus objetivos identificar e aplicar soluções técnicas e operacionais para melhorar a segurança alimentar e nutricional em áreas críticas do país.

Um diagnóstico elaborado pelo Pesa identificou que, dos 298 municípios de Honduras, 73 apresentam sérios problemas de desnutrição. Pueblo Nuevo e outras seis comunidades tolupanes do município de Victoria, em Yoro, estavam entre as aldeias que evidenciaram problemas de nutrição e segurança alimentar. Nas sete tribos, como os tolupanes chamam seus assentamentos, foram detectados 271 casos de desnutrição em menores de cinco anos.

As outras seis comunidades são El Comunal, San Juancito, Piedra Blanca, Guanchías, El Portillo e Buenos Aires. Mas Pueblo Nuevo foi a comunidade-modelo, porque em dois anos conseguiu eliminar a desnutrição de suas 29 crianças. Ali habitam 750 pessoas e é um assentamento novo que foi criado após a passagem do furacão Mitch, que em 1998 devastou o país, deixou 20 mil mortos e causou severos danos em sua infraestrutura e economia.

Segundo dados oficiais, em Honduras uma em cada quatro crianças menores de cinco anos sofre desnutrição crônica, isso equivale a 240 mil do total de mais de 800 mil meninos e meninas com menos de cinco anos que existem no país, de 8,4 milhões de habitantes, dos quais 90% são mestiços, 2% brancos, 3% garífunas e 6% indígenas.

César Alfaro, o especialista do Pesa-FAO que trabalha na área, afirmou à IPS que a experiência de Pueblo Nuevo é um sucesso porque a tribo entendeu que deviam mudar sua forma de vida, aplicando boas práticas na semeadura, higiene e segurança alimentar. Os moradores, por sua vez, destacaram que a mística e o acompanhamento permanente do técnico foi o motor de sua veloz transformação.

“Quando chegamos em Pueblo Nuevo, ninguém queria vir. As professoras diziam que não se podia realizar

CONT.



uma celebração festiva porque havia muito esterco por todos os lados. Os indígenas dormiam com os animais e em meio à sujeira”, contou Alfaro. Mas agora o lugar é uma aldeia limpa, os indígenas melhoraram suas casas de pau e barro, suas paredes reluzem de brancas, dividiram seus espaços, os animais de um lado, a cozinha com fogões ecológicos de outro, e têm até quartos separados.

Situada a mais de 200 quilômetros de Tegucigalpa, a aldeia é um exemplo de trabalho em equipe. Cada casa indígena conta agora com uma horta familiar, um galinheiro e até água purificada, mediante uma estação de tratamento administrada comunitariamente. As crianças com problemas de desnutrição foram submetidas a processo de melhora alimentar, sob rigoroso controle médico e a vigilância de seus pais que agora têm um nível de consciência alimentar, nutricional e ambiental da qual se orgulham.

Foi o que disse à IPS uma das mães, Estanislá Reyes, de 37 anos. Angeline Nicole, de cinco anos e a mais nova de seus três filhos, teve problemas de desnutrição que conseguiu reverter. “E como não seríamos desnutridos, se a terra não era trabalhada como deveria? Nossas casas cheias de lama e lixo, isso prejudicou nossa saúde, mas agora entendemos. Minha menina está saudável dizem os médicos, que antes nos repreendiam por não cuidar das crianças, agora nos felicitam”, contou sorrindo.

Ela e seu marido levantaram as paredes de sua nova cozinha, integrada ao resto da casa, ao contrário da anterior, trabalhando 12 horas durante 15 dias. “Meu marido fazia a massa e eu trazia água, alisava as paredes, como fizeram muitas famílias”, acrescentou orgulhosa.

“A vida nos mudou. Eu entrei como voluntária porque sou de outra tribo, mas minha surpresa foi que minha filha também estava desnutrida, então a tribo de Pueblo Nuevo me aceitou, e com os alimentos que produzimos em nossa horta, as crianças se nutrem e nós também. Meus filhos já não têm problemas de estômago e nem tosse”, contou ou tra mãe, Adela Maradiaga.

Em Pueblo Nuevo também se orgulham de que já não vendem nem sua força de trabalho nem seus animais aos criadores ou comerciantes da região para comer. “Antes empenhávamos nossas coisinhas, mas agora vendemos a eles milho, feijão, frutas e abacate”, disse Narciso Garay, mais conhecido por Chicho.

Nessa tribo já não se queima a terra antes de plantar, é usado adubo orgânico e o lixo é reciclado. Os moradores contam com uma caixa comunitária de fundos onde colocam parte de seus ganhos e isso lhes permite ter água potável e provisões. Conseguiram melhorar seu rendimento por hectare na plantação de feijão de 600 quilos para 1,8 tonelada, o de milho de 900 quilos para três toneladas, e agora sabe-se que uma família de seis membros precisa para viver de 2,4 a 2,8 toneladas de milho por ano, por exemplo.

Sandro Martínez, prefeito de Victoria, é um dos mais entusiastas com as mudanças em Pueblo Nuevo, pois

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

nasceu e foi criado perto dos tolupanes e não duvidou em bater nas portas da FAO para levar seu programa de segurança alimentar às aldeias indígenas.

“Em 2010, a fome nesses povoados me levou a buscar ajuda e a encontramos. Não foi fácil entrar para trabalhar com os tolupanes, o sucesso está em respeitar sua forma de governo representado pelo líder da tribo, bem como sua cosmovisão. Agora eles dizem ser ricos porque já não trabalham para um patrão”, destacou à IPS.

Em Honduras existem sete grupos indígenas: lencas, pech, tolupanes, chortíes, tawahkas e misquitos, além dos garífunas. Os tolupanes são cerca de 18 mil indivíduos distribuídos em 31 tribos, dirigidas por um cacique, que formam o Conselho onde são tomadas decisões para seu povo.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Lara Schneider.



06 Brasil: Políticas sem consulta a povos indígenas e tradicionais
SÍTIO PRAVDA.RU, 27.11.2014

27.11.2014 | Fonte de informações: Pravda.ru



Câmara pode votar projeto sobre recursos genéticos sem consulta a povos indígenas e tradicionais

O plenário da Câmara dos Deputados deve votar, nesta semana, um projeto de lei (PL) que pretende regular o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e da agrobiodiversidade e aos conhecimentos sobre eles desenvolvidos por pequenos agricultores, povos indígenas e tradicionais, sem consulta a essas populações, conforme prevê a legislação.

Na semana retrasada, os termos gerais do texto que será levado à votação foram detalhados numa reunião, a portas fechadas, entre assessores dos ministérios envolvidos, representantes da indústria farmacêutica e um grupo de deputados. Em nenhum momento, permitiu-se a participação de representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, apesar do projeto ter impacto direto sobre seus direitos.

O PL 7.735/2014 tramita em regime de urgência e tranca a pauta do plenário. A bancada do agronegócio articula para que o relator da proposta seja o deputado ruralista, e notório inimigo das causas indígenas, Alceu Moreira (PMDB-RS).

O PL pretende substituir a Medida Provisória (MP) 2.186-16/2001 sob a justificativa de desburocratizar o desenvolvimento de pesquisas e produtos baseados nos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. A reivindicação vem principalmente de pesquisadores, da indústria e das organizações de grandes produtores rurais. A proposta, no entanto, restringe os direitos de pequenos agricultores, comunidades indígenas e demais povos tradicionais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

Os recursos genéticos da biodiversidade são encontrados em animais, vegetais ou micro-organismos, por exemplo, em óleos, resinas e tecidos, encontrados em florestas e outros ambientes naturais. No caso da agrobiodiversidade, falamos também de recursos genéticos, mas relacionados a espécies agrícolas e pastoris. Comunidades de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares, entre outros, desenvolvem e conservam, por décadas e até séculos, informações e práticas sobre o uso desses recursos.

Tanto o patrimônio genético quanto esses conhecimentos servem de base para pesquisas e produtos da indústria de remédios, sementes, gêneros alimentícios, cosméticos e produtos de higiene. Por isso, podem valer milhões em investimentos. O Brasil é a nação com maior biodiversidade do mundo e milhares de comunidades tradicionais, por isso é alvo histórico de ações ilegais de biopirataria. O tema, portanto, é estratégico para o País.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referendada pelo País, determina que qualquer projeto de lei, medida ou empreendimento que afete essas populações sejam precedidos por uma consulta a elas sobre o assunto. A Convenção da Diversidade Biológica (CDB), também referendada pelo Brasil, garante que cientistas e empresas que queiram ter acesso aos conhecimentos de comunidades tradicionais devem consultá-las de forma prévia, livre e informada e repartir com elas os benefícios de suas pesquisas e produtos. São principalmente esses direitos que estão sendo violados pelo PL, segundo ambientalistas e líderes de comunidades.

<http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais>



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

07 PF conclui 15 das 16 reintegrações no sul da BA; índios resistiram às ações
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 27.11.2014

*Operação foi realizada na quarta-feira (26), em Itabela, no sul da Bahia.
Delegado relata que índios atiraram pedras, flechas e coquetel molotov.*

Do G1 BA

<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/11/pf-conclui-15-das-16-reintegracoes-no-sul-da-ba-indios-resistiram-acoes.html>

Quinze das 16 propriedades que foram alvos de [ações de reintegração](#) de posse na região de Itabela, no sul da Bahia, foram devolvidas aos donos por meio de decisão judicial.

As ações, que tiveram início na manhã da quarta-feira (26), foram executadas e concluídas no início da noite do mesmo dia por agentes Polícia Federal, da Polícia Militar e da Companhia de Ações Especiais da Mata Atlântica (Caema).

De acordo com o delegado Pancho Rivas, que comandou a operação por meio da PF, o órgão não pode antecipar se a última reintegração prevista será realizada nesta quinta-feira (27), já que o anúncio pode atrapalhar o encaminhamento da operação.

Sobre o cumprimento das 15 primeiras reintegrações, Rivas relatou ao **G1** que enfrentou resistência de alguns indígenas que atiraram pedras, flechas e coquetel molotov contra os agentes, como também queimaram veículos e destruíram pontes para dificultar a chegada das equipes às propriedades que seriam reintegradas.

Apesar das resistências, Rivas ressaltou que a operação não deixou feridos e que ninguém foi preso. "Fomos cumprir uma decisão judicial e decisão judicial deve ser respeitada", concluiu.

Investigação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

Dentre os espaços alvos de reintegração está a propriedade do produtor rural Raimundo Domingues Santos, que está [desaparecido](#) desde o dia 8 de agosto deste ano. Familiares denunciam envolvimento de índios no sumiço.

Na tarde de quarta-feira (26), o Ministério Público Federal (MPF) informou que denunciou dois índios pataxó suspeitos de ter envolvimento no desaparecimento do produtor rural.

A denúncia é do procurador da república Edson Abdon, que pede a condenação dos indígenas Lourisvaldo da Conceição Braz e Valtenor Silva do Nascimento pelos crimes de sequestro, cárcere privado, além de suposto homicídio qualificado, que teria sido seguido de destruição e ocultação de cadáver. A pena pode chegar a mais de 40 anos de reclusão e multa.

Um dos Pataxó foi preso no final de outubro pela Polícia Federal, em cumprimento a um mandado de prisão preventiva expedido pela Justiça Federal de Eunápolis. A prisão ocorreu na Fazenda Brasília, no distrito de Montinho, em Itabela, quase um mês depois da captura do primeiro suspeito, localizado no município de Teixeira de Freitas, a 689 quilômetros de Salvador.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

08 O povo Xukuru propõe uma alternativa de vida: a Agricultura do Bem-Viver SÍTIO CIMI, 28.11.2014

Inserido por: Administrador em 28/11/2014.

Fonte da notícia: [Luciana Gaffrée- Rel/Uita](#)

O agricultor comercial pensa: “eu entrei pra plantar, a natureza vai ter que sair”

O povo Xukuru propõe uma alternativa de vida: a Agricultura do Bem-Viver

Para o agrônomo e liderança indígena, Iran Neves, a salvação do planeta estará na sabedoria ancestral dos povos originários.

Está acontecendo na Aldeia de Canabrava o II Encontro Urubá Terra, do povo da etnia Xukuru Urubá, no município de Pesqueira, Pernambuco. Esse encontro discutirá a agricultura do bem-viver como um projeto de vida, com seus princípios e valores de base ecológico-ancestral, numa luta histórica contra o etnogenocídio. Durante o evento ocorrerá a feira de sementes tradicionais. A Rel-UITA dialogou com Iran Neves Ordonio, liderança Xukuru do Orubá, formado em Agronomia, com especialização em Pesca Agrícola e mestrado em Ciência do Solo.

O povo Xuruku ocupa hoje uma área de 27.525 hectares e sua organização social possui os Conselhos Indígenas, para a agricultura, para a saúde, e para a educação. No caso, o liderança **Iran Neves Ordonio** está no conselho indígena para a agricultura.

Como surgiu a ideia de fazerem esse encontro, que está já na sua segunda edição?

O despertar para a agricultura como modo de vida faz parte do tradicional projeto de vida **Xukuru**. Portanto, neste evento não se discute agricultura, discute-se um projeto de vida, com os princípios e valores do modo de vida ancestral. E ao mergulharmos no tempo, na memória dos anciões, percebemos que a agricultura permeia praticamente todas as falas, etapas e processos de luta. E que essa agricultura é bem diferente da agricultura comercial.

Como é a agricultura Xukuru, se comparada com a convencional?

CONT.



A agricultura **Xukuru**, ancestral, é um princípio organizador, um fundamento do bem-viver. Agora, se a compararmos com a convencional, percebemos que esta última não está fundamentada em princípios, nem em valores. Está voltada para uma relação puramente comercial, resume-se em uma atividade econômica. Ou seja, planta-se e se produz para o mercado.

Já a agricultura do bem-viver alerta para o fato de que no plantar e colher existe um mundo de relações, saberes e atividades entre as pessoas e a natureza. Nossa agricultura não é comércio, portanto não pode ser permitido o uso de agrotóxicos, de agroquímicos, nem nenhum outro tipo de desrespeito à natureza.

O agricultor comercial pensa: *“eu entrei pra plantar, a natureza vai ter que sair”*. Mas não vamos permitir isso, por conseguinte esta é uma luta pelos nossos princípios.

E nessa luta por seus princípios, como fica a questão do agronegócio?

O que estamos vivenciando e promovendo neste evento é totalmente antagônico à bandeira do agronegócio. Porque o agronegócio pega os elementos que para nós são do bem-viver, de usufruto coletivo, de identidade, de relações psicológico-espirituais, e os transforma em mercadorias. Toda e qualquer riqueza proveniente da natureza, como por exemplo, a água, para o agronegócio é um produto. A terra é um bem privado que pode ser comercializado e vendido. O agrotóxico é utilizado de maneira indiscriminada, como se fosse uma verdade absoluta que para plantar é preciso de agrotóxico. O agrotóxico é de fato uma consequência dessa relação destrutiva, desrespeitosa, antiética e indecente, que o sistema tem com a própria natureza.

Você diz isso como agrônomo também?

Com certeza! Foi estudando agronomia, indo a fundo no estudo das ciências agrônomas, que eu concluí que o agronegócio na realidade é uma grande mentira, movida apenas por interesses puramente políticos e econômicos. O agronegócio é apenas mais uma forma de manter o sistema capitalista e favorecer os grandes empreendimentos e as grandes transnacionais que comandam as relações econômicas no mundo.

Portanto, a nossa visão com relação ao agronegócio é extremamente crítica, e não uma crítica burra, um ativismo superficial. Nosso alerta tem base e convicção também científica e acadêmica. Esse sistema atual é inviável, e já está em crise. É só uma questão de tempo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

E neste encontro vocês oferecem soluções para esta crise atual e inevitável?

Nesse encontro estamos exatamente divulgando e oferecendo uma alternativa para o mundo, que é de base ecológico-ancestral.

Como assim?

Estamos divulgando e oferecendo ao mundo um modo de vida, porque não estamos falando aqui só de plantar. Trata-se de toda a simbologia, todo rito e todo mito que leva ao plantar e a outras relações. Quando a gente fala em ancestral é como se a gente imaginasse e fizesse uma viagem no tempo para recuperar os saberes ancestrais.

Uma cosmovisão

A Materialização do encantamento

E como vocês viajam no tempo?

Revivendo e relembrando a nossa memória, principalmente a nossa memória oral. Através da fala e do diálogo de saberes com os nossos anciões. E aí surge também uma coisa que pode ser difícil para muita gente entender, que é a relação com a nossa espiritualidade. Muitas de nossas decisões são baseadas num diálogo com o mundo espiritual e com a nossa religiosidade, que nos orienta e que nos indica a praticar determinada atividade ou a proceder de determinada maneira.

Ou seja, nós temos um mundo encantado, um mundo sobrenatural, um mundo da nossa religião e da nossa espiritualidade, que nos orienta. E quando a gente coloca isso na prática, efetiva isso, a gente está materializando o mundo encantado. Ou seja, materializando o encantamento.

Mas vocês também precisam lutar contra a colonização, não é?

Claro! Nós estamos vindo de um processo violento de colonização e de invasão. Não só das nossas terras, do espaço sagrado, mas também invasão dos nossos mitos. Precisamos descolonizar e desconstruir aquilo

CONT.



que a sociedade, o sistema e o Estado colocaram como verdade.

É como se dividissem o mundo em duas áreas. De um lado está o que a ciência moderna valida e do outro o que ela invalida. Isso levou e leva ao etnogenocídio, que é a morte dos saberes ancestrais. Mesmo que para determinados povos seus saberes também sejam modos de ser, de marcar uma identidade.

E qual seria então o caminho para evitar esse etnogenocídio?

Promovendo a agricultura do bem-viver como um projeto de vida. A terra não é para nós um meio de produção, é um meio de vida. E só viveremos na Terra, se cuidarmos dela. Uma liderança nossa diz assim: **“Nós somos natureza”**. Nós temos que ter essa compreensão. Não somos nós de um lado e a natureza do outro. Portanto, defender uma cultura do bem-viver é também defender a nossa própria existência.

Esse encontro também traz com ele algum recado aos nossos governantes e à presidenta Dilma em especial?

Gostaríamos de dizer para o Estado, para os governantes e para a sociedade como um todo que a gente precisa lutar e defender a diversidade. Os governantes precisam respeitar os povos, respeitar os seus saberes, respeitar as suas formas de vida, e principalmente respeitar a Constituição. Alerto também que os princípios, valores e direitos originários surgiram bem antes da Constituição. E o Estado precisa compreender isso.

Devolver a terra ao índio não é um empecilho para o desenvolvimento. Até porque o desenvolvimento puramente econômico é um suicídio do mundo como um todo. Devolver a terra aos povos indígenas significa o resguardo daqueles saberes que darão ao mundo uma nova chance de continuar neste planeta. Pois, a salvação do planeta, ou um dos caminhos para isto, estará na sabedoria ancestral dos povos originários. A sociedade como um todo tem muito que aprender com os saberes ancestrais dos nossos povos.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

09 Relatório sobre expansão de terra indígena pode ser votado na quarta-feira
SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 28.11.2014

Da Redação | 28/11/2014, 16h45



Deputado Cândido Vazareza e o senador Romero Jucá, presidente e relator da Comissão de Consolidação da Legislação Federal Marcos Oliveira/Agência Senado

A comissão mista do Congresso encarregada de consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição reúne-se na quarta-feira (3), às 14h. Na pauta, a apresentação de dois relatórios, ambos do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que tratam da demarcação de terras indígenas e da defesa dos usuários de serviços públicos.

O primeiro relatório analisa minuta de projeto para a regulamentação do parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição, que trata da demarcação de terras indígenas. Por esse artigo ficou reconhecido o direito dos povos indígenas à posse permanente das terras que tradicionalmente ocupavam à data de sua promulgação. Entretanto, em algumas demarcações promovidas pelo Executivo, constatou-se que as áreas originalmente consideradas como indígenas foram subestimadas, havendo necessidade de aumentá-las.

Nas situações em que o entorno já está ocupado por proprietários ou posseiros, muitos de boa fé e detentores de títulos legítimos, até mesmo já seculares, os conflitos de terra têm proliferado, e o arcabouço legal não permite soluções de consenso, nem por intervenção estatal pela via da

CONT.



desapropriação.

A sugestão de projeto apresentada por Romero Jucá recomenda a aprovação possibilita ao poder público indenizar, segundo a disciplina legal das desapropriações, não apenas as benfeitorias, mas também as áreas correspondentes às expansões de terras indígenas.

Serviços públicos

O segundo item da pauta da comissão é outro relatório do senador Romero Jucá sobre minuta de projeto apresentada pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que trata da defesa do usuário de serviços públicos, regulamentando o inciso I, do parágrafo 3º, do artigo 37, da Constituição e o artigo 27 da Emenda Constitucional 19/1998.

A proposta de Aloysio Nunes, constituída por 36 artigos, baseia-se no Projeto de Lei do Senado (PLS) 439/1999, aprovado na Casa ainda em 2002, mas que ainda não foi analisado pela Câmara dos Deputados. Também aproveita dispositivos da Lei 14.249/2002, do estado de Goiás, e a Lei 14.029/2005, do município de São Paulo.

No relatório Romero Jucá recomenda o acolhimento da minuta. O texto final apresentado pelo relator dispõe sobre normas gerais de proteção e defesa do usuário dos serviços públicos prestados pelas administrações públicas diretas e indiretas da União, estados, Distrito Federal e municípios, diretamente ou sob regime de concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação por ato administrativo, contrato ou convênio.

Jucá defende a criação de mecanismos de controle e de responsabilização pelas falhas na prestação de serviços públicos, bem como de avaliação contínua de sua qualidade. O rol de direitos básicos do usuário de serviços públicos, o estabelecimento de deveres de instalação de ouvidorias para o recebimento de sugestões, reclamações e denúncias, e a disciplina básica do processo administrativo também fazem parte da proposta.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

10 Reintegração de posse no Tarumã é suspensa após confronto entre PMs e supostos indígenas
SÍTIO A CRÍTICA, 28.11.2014

Cerca de 300 famílias, parte autointitulada indígena, ocupavam área de aproximadamente 1 milhão de metros quadrados. Um indígena foi ferido e quatro foram detidos. Funai e Polícia Federal tiveram que ser acionados para acompanhar a ação

Manaus (AM), 28 de Novembro de 2014

PERLA SOARES



Armados com arco e flechas, os índios protestaram contra a saída e "ganharam" a primeira "batalha" (Winnetou Almeida)

[CONFIRA GALERIA DE IMAGENS](#)

A reintegração de posse de um terreno particular no bairro Tarumã, na Zona Oeste de Manaus, que [teve início nas primeiras horas desta sexta-feira \(28\)](#), foi cancelada após um princípio de conflito entre a Polícia Militar e um grupo que se autodenomina indígenas, que integram as 300 famílias que ocupavam a área, que mede, aproximadamente, 1 milhão de metros quadrados.

As autoridades chegaram a iniciar a desocupação: fecharam o ramal da Anaconda, que dá acesso ao terreno, e começaram a derrubar os barracos com uso de máquinas pesadas. Um índio ficou ferido durante a ação e outros quatro indígenas foram detidos. “Na hora que chegamos com o oficial de Justiça, eles não

CONT.

quiseram obedecer e alguns indígenas agrediram policiais”, informou Marcos Leite, comandante da 20ª Companhia Interativa Comunitária (Cicom). Segundo ele, houve desacato à autoridade e resistência à prisão.



Armados com arcos e flechas, os índios pintados para guerra fizeram uma barreira bem em frente aos policiais, um contingente formado por cerca de 250 militares, além da cavalaria e canil da PM. Funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) e agentes da Polícia Federal (PF) também foram acionados para acompanhar a operação.

Às 11h30, a reintegração foi suspensa. Com a retirada das máquinas, tratores e caminhões do terreno, houve grande comemoração por parte do grupo indígena. O índio ferido havia sido levado para o 20º Distrito Integrado de Polícia (DIP), mas posteriormente foi encaminhado à sede da PF.

MAIS INFORMAÇÕES EM INSTANTES



11 Hidrelétrica Teles Pires: suspensão de segurança contra os indígenas, por Telma Monteiro
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS

LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 1272/2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA, nomeado por Decreto de 16 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, no uso das atribuições que lhe conferem o art.22º, parágrafo único, inciso V do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007; **RESOLVE:**

Expedir a presente Licença de Operação à:

EMPREENDEDOR: COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S.A.
CNPJ: 12.810.896/0001-53
ENDEREÇO: Avenida Castro Alves, nº 396 – setor J – CP 323
CEP: 78.580-000 **CIDADE:** Alta Floresta **UF:** MT
TELEFONE: (66) 3521-2958 **FAX:** (66) 3521-2958
PROCESSO IBAMA Nº: 02001.006711/2008-79
CTF: 5205495

Relativa à Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada na divisa dos estados do Mato Grosso e Pará. O eixo do barramento localiza-se no rio Teles Pires, entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA). A usina tem capacidade instalada total de 1.820 MW e energia firme de 890,7 MW médios. O arranjo concebido para o aproveitamento contempla a implantação de casa de força abrigada ao pé da barragem, dotada de 5 unidades geradoras com turbinas do tipo Francis de eixo vertical de potência nominal de 369 MW. A Área de Preservação Permanente (APP) compreende 193,7 km², em faixa fixa de 100 m no rio Paranaíta (braço do reservatório), e faixa variável no rio Teles Pires, com largura mínima de 100 metros nos setores ocupados por pastagens ou culturas agrícolas e com largura mínima de 500 metros nas áreas cobertas por vegetação natural, a partir da cota do NA de operação do reservatório (220,44 metros).

Esta licença de operação é válida pelo período de 04 (quatro) anos, a contar da presente data, estando sua validade condicionada ao cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento, que deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos estabelecidos, e dos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste documento.

Brasília, DF 19 NOV 2014

Por [Telma Monteiro](#)

No dia 15 de novembro de 2014 a Justiça Federal **suspendeu o licenciamento da Usina Hidrelétrica Teles Pires**, em construção no rio Teles Pires.

O Ibama, no entanto, amparado por um artifício chamado suspensão de segurança, aliás muito bem

CONT.

explicado no artigo da Helena Palmquist, reproduzido abaixo, desrespeitou a decisão judicial. Concedeu a Licença de Operação (LO) da hidrelétrica Teles Pires menos de uma semana depois, no dia 19 de novembro de 2014. Véspera de feriado prolongado é um bom dia para emitir essa licença. Com a LO o processo de licenciamento se encerra, mesmo com as condicionantes não cumpridas da Licença Prévia (LP) e da Licença de Instalação (LI).

A propósito, colocando mais lenha na fogueira do escândalo da Petrobras envolvendo as empreiteiras, a Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A, Sociedade de Propósito Específico (SPE), responsável por construir e fazer operar a UHE Teles Pires, é constituída pelas empresas Neoenergia (50,1%), Eletrobras-Eletrosul (24,5%), Eletrobras-Furnas (24,5%) e Odebrecht Energia (0,9%).

Depois do leilão foi criado o Consórcio Construtor Teles Pires, contratado para executar o projeto e as obras civis, fornecer e montar os equipamentos eletromecânicos. Ele é formado pelas empresas: Odebrecht, Voith, Alston, PCE e Intertechne, responsáveis pelas obras civis, fornecimento e montagem eletromecânica e engenharia de projeto. A Odebrecht mais uma vez. (Telma Monteiro)



Construção de hidrelétrica ameaça direitos indígenas, desrespeita seus lugares sagrados e suas terras (Foto: Helena Palmquist)

Sentença judicial dá vitória ao Ministério Público Federal, mas governo concede a licença definitiva uma semana depois, amparado por instituto jurídico da ditadura que invalida processo até o trânsito em julgado

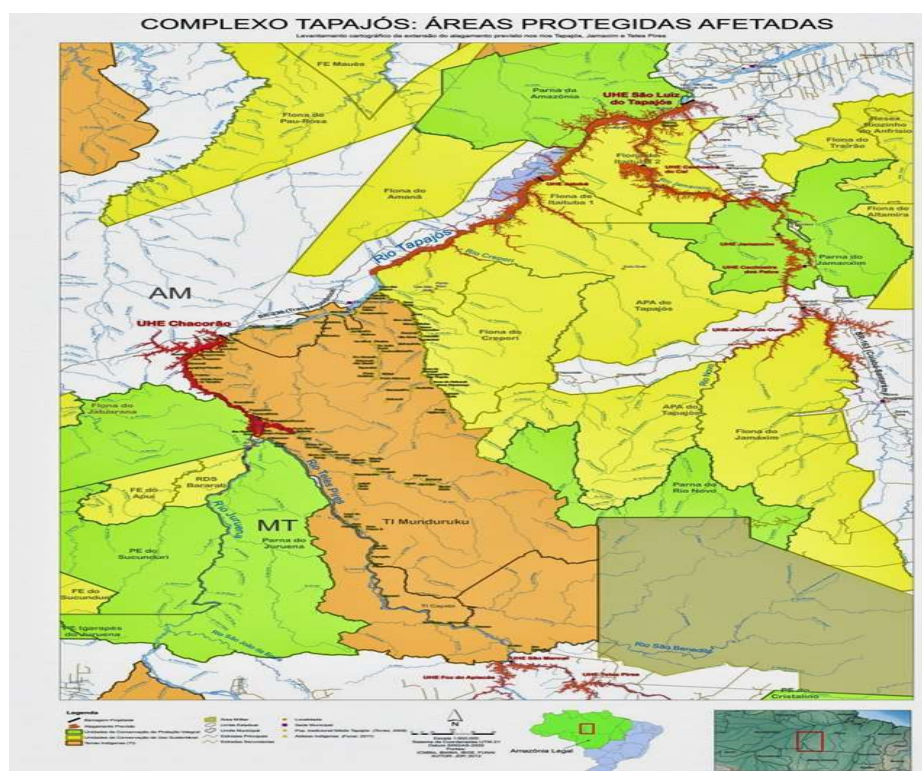
Por Helena Palmquist, especial para **Ponte***

O Ministério Público Federal obteve importante vitória na Justiça Federal de Cuiabá, com sentença judicial

CONT.

que ordena a paralisação do licenciamento ambiental da usina hidrelétrica *de Teles Pires, no rio de mesmo nome, na divisa dos estados do Pará e Mato Grosso por ausência da consulta prévia aos povos Kayabi, Munduruku e Apiaká, impactados pelo empreendimento. Mas, em vez de serem consultados, os indígenas vão ver o início do funcionamento das turbinas da usina. A decisão é datada do dia 12 de novembro e, uma semana depois, em 19 de novembro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente concedeu a licença de operação da usina, a definitiva.*

Isso foi possível por causa do instituto da suspensão de segurança, um instrumento jurídico criado durante a ditadura militar que invalida todo o processo judicial até o trânsito em julgado (decisões de mérito em todas as instâncias), tornando nulos na prática os direitos protegidos pela legislação ambiental. O instituto carrega o autoritarismo do regime que o concebeu: é concedido pela presidência de um tribunal e não precisa se debruçar sobre o mérito da questão, bastando mencionar razões de ordem pública, economia ou segurança nacional. Pela frequência com que vem utilizando esse expediente nos processos judiciais, o governo federal já conseguiu fazer da teoria do fato consumado a regra principal para o licenciamento de usinas hidrelétricas na Amazônia. Em Belo Monte foram cinco suspensões e nas usinas do complexo Tapajós-Teles Pires já são 12 suspensões de segurança.



CONT.



Com esse método de atuação jurídica, o governo brasileiro avança no licenciamento e construção de quatro usinas que afetam diretamente povos indígenas sem nunca respeitar os direitos protegidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e pela própria Constituição Federal. Foram as suspensões de segurança que permitiram as obras de Belo Monte e Teles Pires e o licenciamento de São Manoel e São Luiz do Tapajós sem que a consulta prévia, livre e informada prevista na Convenção ou a oitiva prevista na Constituição fossem até hoje aplicadas, apesar de decisões judiciais em todos os casos reconhecendo a obrigação de consultar.

*Para o juiz Marcel Queiroz Linhares, responsável pela sentença judicial que ordena a paralisação da usina Teles Pires, o empreendimento **violou o direito à consulta prévia e à oitiva constitucional, violou o direito à autodeterminação dos povos e ao pluralismo e, ao promover a destruição do salto Sete Quedas, sagrado para a cultura dos Kayabi, Munduruku e Apiaká, violou a liberdade de consciência e crença também asseguradas pela Constituição brasileira.***

“O estado laico tem a obrigação de não interferir no livre exercício dos cultos religiosos, de não lhes embarçar o funcionamento, ao mesmo tempo em que deve cumprir a obrigação de garantir proteção aos locais de culto e a suas liturgias. E assim o é porque a República Federativa do Brasil se constituiu como um estado laico: nem confessional nem ateu”, afirma na sentença.

“Entenda-se pluralismo nos termos em que a Constituição o erigiu como fundamento da República: “um direito fundamental à diferença em todos os âmbitos e expressões da convivência humana – tanto nas escolhas de natureza política quanto das de caráter religioso, econômico, social e cultural”, diz ainda. “E, por autodeterminação, deve-se compreender, no presente contexto, não um direito dos povos de se constituírem em Estados, mas, sim, autodeterminação baseada na auto-estima de um povo, como o direito de um povo à autodeterminação sem desejar constituir-se em Estado”, prossegue.

“É importante salientar que o elemento nuclear dessa consulta reside na busca pelo consentimento dos povos indígenas afetados, e por consentimento deve-se entender tanto o poder de concordar como o de discordar do empreendimento proposto”, assegura a sentença judicial. Em contrassenso aos direitos afirmados pela Justiça, a licença de operação nº 1272/2014, assinada pelo presidente do Ibama Volney Zanardi Júnior, permite o enchimento do reservatório da usina e a operação das turbinas sem que o consentimento dos Kayabi, Munduruku e Apiaká tenha sido ao menos buscado.

Em carta que é citada na sentença do juiz Marcel Queiroz Linhares, os indígenas descreveram assim o licenciamento da usina Teles Pires: “A construção desta hidrelétrica, afogando as cachoeiras de Sete Quedas, poluindo as águas e secando o Teles Pires rio abaixo, acabaria com os peixes que são a base de

CONT.



nossa alimentação. Além disso, Sete Quedas é um lugar sagrado para nós, onde vive a Mãe dos Peixes e outros espíritos de nossos antepassados – um lugar onde não se deve mexer. Tudo isso já está sendo destruído com as explosões de dinamite sem qualquer processo de consulta livre, prévia e informada junto às comunidades indígenas, desrespeitando nossos direitos assegurados pelo artigo 231 da Constituição Federal e pela Convenção 169 da OIT (...). Agora, o governo nos convida para participar de reuniões sobre o PBA [Plano Básico Ambiental], mas como vamos discutir mitigações e compensações de um projeto cujos impactos sobre nossas comunidades nem foram estudados e discutidos, e que foi licenciado ilegalmente?”

A sentença sobre a consulta de Teles Pires se soma à sentença do processo da consulta prévia da usina de Belo Monte no rol das decisões de mérito favoráveis aos indígenas que não tem validade, porque os direitos que buscam proteger já foram demolidos tanto por obras civis quanto por suspensões de segurança despachadas das presidências dos tribunais.

No caso de Belo Monte, em que o MPF foi vitorioso, o processo aguarda a palavra final do Supremo Tribunal Federal, bloqueado que está por uma suspensão de segurança. Mas está parado desde abril de 2013 no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, que costuma ser bem mais rápido que isso quando se trata de conceder suspensões ao governo contra direitos de minorias.

**Helena Palmquist é jornalista e acompanha licenciamentos de hidrelétricas na Amazônia desde 2005.*



12 Mutirão Rural da Cidadania encerra atividades em 2014 com mais de 130 mil atendimentos
SÍTIO EXPRESSO MT, 28.11.2014

Além das aldeias indígenas, o programa percorreu 62 municípios, registrando 135.808 atendimentos ofertados para 16.135 pessoas este ano.

Fonte: Assessoria

Crédito: Divulgação



A população indígena recebeu atendimento prioritário no Programa Especial Mutirão Rural da Cidadania em 2014. Foram realizados 13 mutirões específicos para atender esta população, beneficiando 3025 indígenas de várias etnias. Além das aldeias indígenas, o programa percorreu 62 municípios, registrando 135.808 atendimentos ofertados para 16.135 pessoas este ano.

Os números são do supervisor do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (Senar-MT), João Vargas, responsável pelo programa no Estado. "O programa cumpriu o objetivo de proporcionar o exercício da cidadania nas regiões mais isoladas do Estado, ofertando serviços gratuitos como a confecção de documentos, atendimentos médicos, teste de glicemia, entre outras atividades", avalia Vargas.

Para realizar os mutirões, o Senar-MT conta com a parceria do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas) e os Sindicatos Rurais.

13 Jovens indígenas Apinajé, Krahô, Krikati, Gavião, Canela Ramkokamekrá e Apanjekrá realizam mapeamento e diagnóstico etnoambiental das terras Timbira
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Indígenas observam sinais de exploração ilegal de madeiras na TI. Apinajé. (foto: Wyty Câte. Nov. 2014)

[Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ](#)

Está em andamento a 1ª etapa do Mapeamento das Terras Timbira do Sul do Maranhão e Norte de Tocantins. Os trabalhos estão sendo Coordenados e realizados por equipes compostas por Jovens Apinajé, Krahô, Krikati, Gavião, Canela Ramkokamekrá e Apanjekra, com apoio do Centro de Trabalho Indigenista-CTI e da Associação Wyty Câte dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins. Inicialmente as atividades estão sendo realizadas nas Terras Krahô e Apinajé, e a partir de 2015, será realizado nas outras Terras Timbira.

Os trabalhos de campo tiveram início no dia 18/10/14 na terra indígena Krahô no município de Itacajá, Estado do Tocantins. Na 1ª fase dos trabalhos, 16 jovens Timbira e mais 09 guias do povo Krahô participaram das atividades. Na terra Apinajé, os trabalhos começaram no dia 15/11/14, e no total 15 Jovens Timbira percorreram em caminhões, camionetas 4X4 e a pé, as áreas vulneráveis da terra Apinajé,

CONT.



nos municípios de Tocantinópolis, São Bento do Tocantins, Cachoeirinha e Maurilândia. Unidos com GPS, máquinas fotográficas e filmadoras os jovens documentaram em fotografias, vídeos e fizeram anotações e marcações das coordenadas geográficas dos locais percorridos.

Dentro e no entorno das terras Apinajé e Krahô foram detectadas atividades ilícitas e crimes ambientais praticadas por invasores não-índios. No município de Itacajá pequenos trabalhadores rurais que moram no entorno da terra Krahô afirmaram que estão sofrendo pressões e sendo intimidados por plantadores de eucaliptos. Nesse caso empresários estariam ameaçando os pequenos agricultores familiares, vizinhos do povo Krahô, para comprar suas terras, que poderão ser desmatadas de forma ilegal para o plantio de eucaliptos e soja.

Ainda na área Apinajé, na parte Norte do Território, no município de Maurilândia, na região conhecida como Pontal, foram encontrados indícios de exploração ilegal de madeiras por não-índios. Além desses casos de corte ilegal de madeiras que ocorre em toda a terra Apinajé; lembramos que a região do entorno dessa terra indígena já vem sofrendo com desmatamentos provocados por carvoarias e plantações de eucaliptos; a situação é mais crítica nos municípios de São Bento do Tocantins e Tocantinópolis. As Equipes de Mapeamento também descreveram a situação de total abandono em que se encontram os Postos de Vigilância da FUNAI, localizados no Veredão e Pontal.

Já na Terra Apinajé, a situação não é diferente, segundo relatos dos membros da Equipe de Mapeamento, na região do Veredão e em locais próximos ao núcleo urbano da cidade de São Bento do Tocantins foram encontrados lixos e carcaças de animais jogados por moradores daquela cidade. Nessa mesma região foram verificadas estradas adentrando à terra indígena, possivelmente para o roubo de frutas e prática de caça e pesca. Nesses locais existem ainda escavações e sinais de exploração ilegal de terras e areias que podem estar sendo retiradas para construções.

Todas as informações e dados coletados pela Equipe de Mapeamento serão organizados e sistematizados visando subsidiar as organizações (parceiras) dos Povos Apinajé, Krahô, Krikati, Gavião, Canela Ramkokamekrá e Apanjekra no aprimoramento dos planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Timbira. Inicialmente será elaborado um Relatório que será apresentado aos caciques no dia 30/11/14, próximo domingo, durante a Assembleia Geral e Eletiva da Associação Wyty Câte, a ser realizada no Centro de Estudos e Pesquisas Timbira – Pemxwyj Hempxà no município de Carolina no Sul do Maranhão.

Terra Indígena Apinajé, 28 de novembro de 2014

Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

14 Última mensagem da comunidade Guarani Kaiowá de Kurusu Ambá antes de massacre à Presidenta Dilma

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.11.2014

Por CombateRacismoAmbiental

<https://www.youtube.com/watch?v=sMttXdrOvuk>

[Aty Guasu](#)

Antes de serem massacradas, torturadas e trucidadas pela tropas federais lideranças do povo Guarani e Kaiowa enviam mensagens à Presidenta do Brasil Sra. Dilma Rousseff. Desde 2010 pedem a posição e ação urgente da Presidenta Dilma Rousseff para solucionar a demarcação das terras indígenas Guarani e Kaiowa, passaram 4 anos, o pedido do povo Guarani e Kaiowa não foi atendido, ignorando os direitos indígenas de viver. Os integrantes de povo Guarani e Kaiowá continuam morrendo no confinamento nas reservas, outra parte foram despejados e ameaçados na margem das rodovias, passando miséria e fome, diante desse contexto, mais de 1000 mil Guarani Kaiowa cometeram suicídio.

Centenas de lideranças foram assassinadas por causa da luta pela demarcação das terras tradicionais. O povo Guarani e Kaiowa é a segunda maior população indígenas no Brasil, aproximadamente 50.000 mil. Em protesto permanente juntamente com lideranças de Aty Guasu de várias aldeias, hoje as comunidades de Kurusu Amba ameaçadas de despejos judiciais, cercadas de pistoleiros, ameaçadas de morte enviam as ultimas mensagens desesperadas à presidenta Dilma e justiça do Brasil pedindo a demarcação. Aty Guasu luta dia e noite contra o genocídio há 35 anos. Por favor, reencaminhe esse vídeo às todas as autoridades nacionais e internacionais da ONU.

—

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Isabel Carmi Trajber.



15 PM pode chegar a qualquer momento na Terra Indígena do Jaraguá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)

Comissão Guarani Yvyrupa CGY

Cansados de esperar a ajuda da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI), nós, indígenas Guarani Mbya da Terra Indígena do Jaraguá, decidimos ficar com uma van da SESAI até que nos garantam um carro em melhores condições para atender a comunidade em situações de emergência. Fomos notificados que a SESAI está vindo com a Polícia Militar buscar a van, mas só estamos dispostos a devolver caso nossas reivindicações sejam atendidas. Estamos na Rua Comendador José de Matos, 458, Vila Clarice e pedimos à imprensa que nos ajude para que toda a sociedade saiba do que estamos vivendo.

Há tempos tentamos chamar atenção para os diversos problemas na saúde dentro de nossa comunidade. A SESAI que deveria escutar nossos problemas e buscar soluções, não tem se mostrado aberta ao diálogo, o que nos deixa sem alternativas diante do descaso com a vida de nossos parentes.

O último representante da SESAI, Paulo Camargo, assinou alguns pedidos de melhoria feitos pela comunidade. Dentre esses pedidos duas questões eram de extrema urgência: um carro novo à disposição da comunidade para casos de emergência e o abastecimento de água com instalações que garantissem o saneamento básico na aldeia Pyau.

Paulo Camargo deixou seu cargo e a nova representante, Vilma, tornou o diálogo ainda mais difícil. A nova representante, apesar de trabalhar com saúde indígena, afirma que nem conhece e nem deseja conhecer nossa cultura, ou seja, uma pessoa totalmente alheia a nossos problemas enfrentados diariamente. A representante tem colocado ainda empecilhos e dificultado a participação de nossos representantes em reuniões que decidem questões que nos afetam diretamente.

Chegamos a uma situação em que não é possível esperar enquanto vemos nossos parentes morrerem. Em menos de 30 dias uma criança de dois anos e um idoso de 90 anos faleceram sem ter os devidos cuidados. O carro disponibilizado para a comunidade para atender casos de emergência coloca a vida do motorista e de quem precisa de atendimento em risco, isso quando conseguimos gasolina, já que a SESAI nem isso

CONT.



consegue garantir. Alguns dias atrás uma outra criança de menos de um ano precisou de atendimento e só conseguimos levá-la a um hospital graças a uma arrecadação às pressas para pagar um táxi.

Falta água em boa parte de nossas aldeias, o que leva muitos de nós a buscar água em lugares não apropriados levando aos casos de contaminação. Já pedimos diversas vezes por caixas d'água e novas instalações que garantam o abastecimento de toda a aldeia, mas nunca somos ouvidos. O que a SESAI nos oferece é humilhante, chegando a situação de mais de seis famílias terem de dividir um único banheiro.

Por esses motivos e muitos outros problemas enfrentados pela comunidade, decidimos ficar com a van da SESAI. Por enquanto nenhuma solução foi apresentada, mas já sabemos da possibilidade de que a SESAI venha acompanhada da Polícia Militar para ter a van de volta.

Esperamos que finalmente nos escutem e passem a solucionar os problemas imediatamente, pois não estamos dispostos a perder mais nenhuma vida pelo descaso dos que deveriam garantir nossos direitos.



16 Não a PEC -215

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.11.2014

Vídeo que explica o círculo vicioso do lucro ruralista, que gera pouco emprego, não nos alimenta e ainda escraviza pessoas e animais.

Nós, povos indígenas de todo o Brasil, nos colocamos contra a campanha sobre os direitos das comunidades tradicionais e indígenas, configurada na Proposta de Emenda Constitucional PEC-215, articulada pela bancada ruralista, que transfere as atribuições constitucionais do Poder Executivo para o Congresso Nacional quanto ao RECONHECIMENTO DAS TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS. Não aceitamos que os povos indígenas sejam acusados de prejudicar o "progresso" do país como dizem os representantes da grande imprensa, do agronegócio, das mineradoras ou dos mega-projetos, que defendem um tipo de "desenvolvimento" danoso não só aos povos indígenas e quilombolas como também ao meio ambiente e à toda a população brasileira.

https://secure.avaaz.org/po/petition/DIGA_NAO_A_PEC215/?pv=18

Nosotros, los pueblos indígenas de todo Brasil, estamos en contra de la campaña sobre los derechos de las comunidades indígenas y tradicionales, que figuran en la propuesta de enmienda constitucional PEC-215, articulados por el comité, el cual transfiere el mandato constitucional del Poder Ejecutivo al Congreso Nacional relación con el reconocimiento de las tierras indígenas y quilombolas. No aceptamos que los pueblos indígenas se les acusa de perjudicar el "progreso" del país, como dicen los representantes de los medios de comunicación, agroindustriales, mineras o mega-proyectos que promueven un tipo de "desarrollo" será perjudicial no sólo para pueblos indígenas y cimarrones, así como para el medio ambiente y para toda la población.

We, indigenous peoples throughout Brazil, we stand against the campaign on the rights of indigenous and traditional communities, set in the proposed constitutional amendment PEC-215, articulated by the caucus, which transfers the constitutional mandate of the executive power to the national congress regarding RECOGNITION OF INDIGENOUS LANDS AND QUILOMBOLA. Not acceptamos that indigenous peoples are accused of harming the "progress" of the country as they say the representatives of mass

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

media, agri-business, mining companies or mega-projects that advocate a type of "development" will be harmful not only to indigenous peoples and Maroons as well as to the environment and to the entire population.

<https://www.youtube.com/watch?v=f4Euu4Az-YM#t=234>

Fonte: GleiceOliveira Guarani-Kaiowá

17 Indígenas Terena são atacados por seguranças armados em fazenda retomada no MS
SÍTIO CIMI, 28.11.2014

Inserido por: Administrador em 28/11/2014.

Fonte da notícia: [Por Carolina Fasolo, Assessoria de Comunicação - Cimi](#)



Um grupo de 200 indígenas Terena que retomou a fazenda Maria do Carmo na madrugada desta sexta-feira (28), em Mato Grosso do Sul, foi atacado por seguranças armados assim que chegou ao local. A fazenda fica no distrito de Taunay, em Aquidauana, a 135 quilômetros da capital Campo Grande e faz parte da Terra Indígena (TI) Taunay/Ipegue, identificada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) desde 2004.

“Quando chegamos fomos recebidos a bala por alguns seguranças e logo depois chegaram três caminhonetes grandes e cheias de gente... Agora os carros estão parados na sede, e as pessoas estão lá dentro, armadas. Um de nossos irmãos foi atingido por um tiro de raspão no braço, mas está bem”, conta o cacique Isaías.

Os indígenas, que vieram das aldeias Ipegue, Bananal, Lagoinha, Morrinho e Água Branca, estão no centro da fazenda, a cerca de 1 km da sede da propriedade, e o risco de novo ataque é iminente. O cacique Isaías diz que a comunidade está “com medo do pessoal vir pra cima, temos nossas mulheres e filhos e não queremos uma tragédia”.

A área onde incide a fazenda Maria do Carmo teve os estudos de identificação conclusos em 2004, e foi reconhecida como de ocupação tradicional indígena e enquadrada na TI Taunay/Ipegue, junto com outras

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

16 propriedades da região.

O povo Terena aguarda apenas a assinatura, pelo ministro da Justiça, da Portaria Declaratória. “Ele (José Eduardo Cardozo) falou pra gente que não vai assinar, mas a Justiça já reconheceu que aqui é área indígena. Por isso vamos continuar retomando o que é nosso”, explicou o cacique Mauro Áaes. Das 17 áreas identificadas, os Terena ocupam apenas duas.

A Polícia Militar chegou ao local no final desta manhã e vai permanecer até a chegada de representantes da Funai, Polícia Federal e Ministério Público Federal.

18 Índios invadem fazenda e pedem conversa com dona e presença da polícia
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 28.11.2014

Caroline Maldonado



Indígenas pretendem permanecer no local e pedem presença da polícia e Funai (Foto: Divulgação)

Desde as 4h de hoje (28) cerca de 150 indígenas Terena de sete aldeias ocupam área da fazenda Maria do Carmo, no distrito de Taunay, em Aquidauana, a 135 quilômetros de Campo Grande.

A proprietária Salma Salomão Saigale, 74 anos, afirma que os índios invadiram o local armados com revólveres e disparando, mas um dos indígenas que integra o grupo Francisco Thiago, 60 anos, diz que a situação é inversa. Ele afirma que os índios estão apenas com arcos e flechas e homens estranhos surgiram em três caminhonetes atirando. No enfrentamento, segundo ele, um rapaz levou um tiro de raspão, mas passa bem.

Para resolver a situação, os índios pedem a presença de autoridades. Eles garantem que a ocupação é pacífica e pedem para conversar com a proprietária da fazenda, que está em Campo Grande. Com medo, Salma disse que não pretende ir até o local e pede a presença da polícia para reprimir a ocupação.

“Nós pedimos que mandem polícia para lá, porque os índios estão atirando e estou com muito medo”, disse a proprietária da área, que foi identificada como terra indígena, mas teve os estudos anulados e processo de demarcação suspenso em 2010.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

Segundo Francisco, está na fazenda o genro da proprietária, com o qual os índios não tem expectativa de conversar. “Nós não queremos brigar, nem queremos gado, nós só queremos a nossa terra e vamos ficar aqui nela. Pedimos que venha a Funai (Fundação Nacional do Índio) e polícia para apaziguar, porque está tenso e pelo que vimos já receberam nós a bala aqui”, disse o indígena, ao contar que o grupo está a dois quilômetros da sede da fazenda.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

19 UFGD sedia e realiza Congresso Internacional sobre Estudos Interculturais
SÍTIO JORNAL DIA DIA, 28.11.2014

Evento vai abordar experiências, pesquisas e resultados de estudos que envolvam licenciaturas interculturais indígenas e do campo



Para ampliar as discussões acerca dos estudos interculturais e da formação de professores indígenas e do campo, a UFGD sedia e realiza, entre os dias 1º e 3 de dezembro, no Auditório da Unidade 2, seu primeiro Congresso Internacional sobre Estudos Interculturais. O Congresso está sendo organizado pela Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Cátedra UNESCO/UFGD e PIBID Diversidade.

O evento pretende reunir e socializar experiências, pesquisas e resultados de estudos que envolvam licenciaturas interculturais indígenas e do campo, bem como trabalhos desenvolvidos para além dessas formações específicas, mas que levem em consideração a interculturalidade, a diversidade e a identidade de gêneros multiculturalmente comprometidas.

Haverá palestras e mesas redondas com professores e pesquisadores da UFGD e de outras universidades do país. A palestra de abertura ficará por conta do coordenador da Rede Internacional de Estudos Interculturais, professor Fidel Tubino, do Peru.

O período para submissão de trabalhos já se encerrou, mas para participar como ouvintes os interessados têm até o dia 1º/12 para se inscrever. As inscrições têm o valor de R\$ 60,00 para docentes, R\$ 40,00 para pós-graduandos e R\$ 15,00 para graduandos, docentes da Educação Básica e outros profissionais. Elas devem ser feitas pelo site

www.congressointercultural.com.br

Por: Ascom/UFGD

20 Polícia cumpre reintegração de posse em terreno ocupado por famílias indígenas, em Manaus
SÍTIO A CRÍTICA, 28.11.2014

Cerca de 300 famílias, parte autointitulada indígena, ocupavam área de aproximadamente 1 milhão de metros quadrados. Um indígena foi ferido e quatro foram detidos. Funai e Polícia Federal foram acionados

PERLA SOARES E VINICIUS LEAL



Rocam, CPE, Força Tática, canil e cavalaria da Polícia Militar estão envolvidos na reintegração (Divulgação)

[CONFIRA GALERIA DE IMAGENS](#)

Um terreno particular, de proprietário desconhecido, foi palco de uma reintegração de posse ocorrida iniciada na manhã desta sexta-feira (28) no bairro Tarumã, Zona Oeste de Manaus, com acesso pelo ramal da Anaconda. A área, com cerca de 1 milhão de metros quadrados, abrigava aproximadamente 300 famílias, e parte delas se autointitulava indígena.

Um índio ficou ferido durante a ação, e outros quatro indígenas foram detidos. “Na hora que chegamos com o oficial de Justiça, eles não quiseram obedecer e alguns indígenas agrediram policiais”, informou o PM Marcos Leite, comandante da 20ª Companhia Interativa Comunitária (Cicom). Segundo ele, houve desacato à autoridade e resistência à prisão.

CONT.



Barreira policial (Foto: Winnetou Almeida)

Desde as 6h, uma barreira havia sido montada no ramal da Anaconda para impedir entrada e saída de pessoas, como moradores da região, os próprios invasores e a imprensa. Segundo o chefe de pessoal do Comando de Policiamento Especial (CPE), Alessandro Santo, houve bloqueio da via porque parte dos invasores estava armada, e uma escopeta foi apreendida.

Funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) e agentes da Polícia Federal (PF) foram acionados para acompanhar a operação. O índio ferido havia sido levado para o 20º Distrito Integrado de Polícia (DIP), mas posteriormente foi encaminhado à sede da PF. Aproximadamente 250 homens da Polícia Militar trabalhavam na ação.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

21 Seminário “Práticas e saberes indígenas na alimentação escolar” (CPI-SP)
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



As inscrições para participação estão abertas. Vagas limitadas, [acesse aqui](#).

A Comissão Pró-Índio de São Paulo promoverá no dia 4 de dezembro, em São Paulo, o seminário *Alimentação escolar indígena: desafios para incorporar práticas e saberes indígenas*.

A atividade conta com apoio de Christian Aid e DKA-Áustria.

O seminário tem por objetivo contribuir para o avanço na definição de parâmetros próprios para a alimentação escolar indígena por meio da promoção de um espaço de diálogo entre os índios, os atores governamentais, e instituições não governamentais.

O seminário será aberto ao público, mas as vagas serão limitadas. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas gratuitamente [aqui](#).

CONT.



Mulheres e Merenda

A necessidade de se adequar a alimentação escolar foi colocada para a Comissão Pró-Índio pelas mulheres Guarani nas **vivências de cozinhar** promovidas na aldeia Tenondé Porã. Enquanto preparavam os alimentos, mulheres de diferentes gerações refletiam sobre as práticas alimentares Guarani e as dificuldades para assegurar a soberania alimentar nos dias atuais.

A merenda foi apontada como fator importante de inserção de novos hábitos alimentares – alguns pouco saudáveis – e modificação do paladar de jovens e crianças. *“A necessidade de aprimorar a qualidade dos alimentos oferecidos nas escolas indígenas e valorizar as formas antigas de preparo dos alimentos são temas a serem discutidos com o poder público”*, afirma Carolina Bellinger, assessora de coordenação da entidade.

O seminário de 4/12 será o segundo evento promovido pela Comissão Pró-Índio para tratar do assunto. O primeiro, a **Roda de Conversa- Alimentação nas Escolas Indígenas**, foi promovido em agosto de 2014 e contou com a presença de mais de 30 pessoas, dentre elas educadores e lideranças indígenas de diferentes aldeias do estado de São Paulo, representantes do Poder Público e de organizações não governamentais.

Agricultura Familiar e Alimentação Escolar

Um caminho para melhorar a alimentação escolar é a incorporação de produtos da agricultura familiar como indica Adriano Karaí Poty, coordenador educacional do Centro de Educação e Cultura Indígena -Tenondé Porã. Ele avalia como positiva a adoção de alimentos provenientes da agricultura familiar nos cardápios do CECI: *“é importante adotar os alimentos provenientes da agricultura familiar, principalmente os locais, pois esses alimentos são de melhor qualidade.”*.

A lei nº 11.947 de 2.009 determina que, no mínimo, 30% dos recursos repassados aos Estados e Municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser utilizados para aquisição de produtos da agricultura familiar. No entanto, nem todas as escolas têm recebido esses alimentos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

?SEMINÁRIO: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA – DESAFIOS PARA INCORPORAR PRÁTICAS E SABERES INDÍGENAS

Data: 4 de dezembro de 2014

Local: Centro Cultural Rio Verde – R. Belmiro Braga, 119 – Pinheiros, São Paulo – SP

Promoção: Comissão Pró-Índio de São Paulo

Apoio Financeiro: Christian Aid e DKA Áustria

9:00 – Abertura e boas vindas

Lucia M. M. de Andrade, Coordenadora Executiva da Comissão Pró-Índio de São Paulo

9:30 horas – Mesa: Alimentação para além dos aspectos nutricionais: dimensões simbólicas e políticas

Mártin César Tempass, professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas

Pedro Luiz Macena, educador do Centro de Educação e Cultura Indígena da aldeia Tekoa Pyau

Sheyla Saori, SempreViva Organização Feminista

Sebastião Aranha, MST/Cooperativa dos Assentados e Pequenos Produtores – Coapri

Coordenação: Carolina Bellinger, Assessora de Coordenação da Comissão Pró-Índio de São Paulo

14:00 horas – Mesa: Alimentação escolar indígena: desafios para assegurar a diversidade de saberes e sabores

João Lira da Silva, Aldeia Itapuã, vice-diretor.

Representante da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

Representante da Fundação Nacional do Índio

Erika Fischer – Diretora do Departamento de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação do Município de São Paulo

Sineide Santos – Representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – MEC

Antônio Ricardo Domingos da Costa – Vice-coordenador regional da APOINME e membro do CONSEA.

Coordenação: Lucia M. M. de Andrade, Coordenadora Executiva da Comissão Pró-Índio de São Paulo



22 Ufopa vai destinar 65 vagas para quilombolas
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 28.11.2014

*Edital para seleção é discutido com líderes quilombolas.
Outras formas de ingresso são pelo Processo Seletivo Indígena e Enem.*

Do G1 Santarém

A Universidade Federal do Oeste do Pará ([UFOPA](#)) vai destinar 65 vagas para descendentes de negros que integram comunidades quilombolas da região. Eles terão seleção diferenciada para ingressar na universidade no Processo Seletivo de 2015. A Ufopa já está amparada legalmente pela Lei de Cotas, cumprida desde 2012.

O edital com as regras de seleção está previsto para ser lançado no início de dezembro. Enquanto isso, a reitoria da instituição reuniu com líderes negros do Baixo Amazonas de Santarém, Oriximiná e Jacareacanga para apresentar uma proposta de edital durante o Seminário Descentralizado do Processo Seletivo Especial Quilombola, que ocorreu no dia 25 de novembro.

“Não temos que ter medo de trazer os quilombolas para a universidade. O que nós temos é a obrigação de abrir as portas para que eles venham não só para receber o que a universidade pode lhes dar de conhecimento, de estudo de oportunidade de ter uma mobilidade social, mas também para vocês trazerem para dentro da universidade o universo da experiência de vocês”, destacou a reitora da Ufopa, Raimunda Monteiro, em discurso para os acadêmicos.

Segundo a Ufopa, às proximidades de Santarém existem 12 comunidades quilombolas. Na região do Planalto estão as comunidades Bom Jesus, Tinguá, Mururu, Mururutuba e Patos do Ituí. Na várzea, estão as comunidades de Arapemã, Saracura, São José, São Raimundo Surubim-Açu e Maicá. Ao todo, 3 mil pessoas vivem nesses locais. De acordo com o vice-presidente da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém, Raimundo Mota, apenas 200 dessas pessoas cursam o ensino superior. “Nossa negritude precisa estar na universidade. Precisamos debater o que pode vir a constar nesse edital e também nos próximos para garantir nossa permanência”.

Essa é a primeira vez que a Ufopa vai ofertar vagas exclusivas para quilombolas. A instituição já disponibiliza vagas para indígenas em Processo Seletivo Diferenciado. Para os demais candidatos, as notas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) são usadas para o ingresso na universidade.

23 Ministério da Justiça prorroga permanência da Força Nacional na Bahia
SÍTIO EBC, 28.11.2014

Alex Rodrigues - Repórter da Agência Brasil Edição: Marcos Chagas



Força Nacional de Segurança Pública continuará no sul da Bahia por mais 90 dias para conter tensões entre pataxós e fazendeiros
Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

A pedido do governo da Bahia, o Ministério da Justiça prorrogou por 90 dias a permanência de tropas da Força Nacional de Segurança Pública nas cidades do sul do estado, onde a tensão entre índios e não índios exige o reforço policial. Os incidentes violentos resultantes da disputa por terras se intensificaram a partir do final do primeiro semestre de 2013.

Conforme estabelece a [Portaria 1.948](#), publicada no Diário Oficial da União de hoje (28), o efetivo da Força Especial apoiará as forças de segurança baianas em ações de preservação da ordem pública, mantendo a segurança e o patrimônio dos moradores de Buerarema, Una e Ilhéus, quando esses municípios forem ameaçados pelos “conflitos fundiários envolvendo indígenas e produtores rurais assentados na região”.

O novo prazo de permanência do efetivo é válido a partir de hoje (28). Por questões estratégicas, o número de policiais deslocados para a região, a partir do combinado com as autoridades baianas, não foi divulgado. A operação é supervisionada pelos órgãos de segurança pública baianos.

A Força Nacional e os pelotões da Polícia Militar têm reforçado o policiamento na região desde setembro

CONT.



de 2013, quando, no ápice da tensão, casas foram incendiadas e ao menos uma loja e uma agência dos Correios foram depredadas e uma loja de abastecimento Cesta do Povo foi saqueada pela segunda vez. No comando da manifestação estavam produtores rurais, cujas propriedades foram ocupadas, e segmentos da população que se sentem afetados pela ocupação indígena de várias fazendas.

A ocupação de fazendas foi a forma encontrada por índios tupinambás para exigir do governo federal a conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. A área, de 47.376 hectares – um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial –, foi delimitada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em 2009.

Para que a reserva saia efetivamente do papel é necessário que o Ministério da Justiça edite a portaria declaratória, reconhecendo a área como território tradicional indígena. A última etapa do processo é a homologação, pela Presidência da República. Se aprovada, a reserva abrangerá parte do território de Buerarema, Ilhéus e Una.

Na segunda-feira (26), policiais dispararam balas de borracha e bombas de gás contra índios pataxós para cumprir um mandado de reintegração de posse de uma fazenda ocupada. A propriedade, segundo os índios, está na área reivindicada como pertencente à Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal – reserva que compreende parte das cidades de Porto Seguro, Prado e Itamaraju, e o território soma 8.627 hectares. A área já foi identificada, delimitada e homologada pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Os índios, no entanto, reclamam que a área é insuficiente para as necessidades e particularidades da população de mais de 5 mil pataxós, divididos em 17 aldeias. Eles cobram a ampliação do território para 52,7 mil hectares.

Após a ação policial do início da semana, os índios temem que outras liminares de reintegração de posse, já expedidas pela Justiça, sejam cumpridas, contrariando um acordo estabelecido com autoridades federais e estaduais de que as reintegrações e novas ocupações seriam suspensas enquanto as partes envolvidas tentassem chegar a um acordo para pôr fim ao impasse



24 Paratur promove Encauchados de Vegetais da Amazônia como atrativos turísticos
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 28.11.2014

Da Redação
Agência Pará de Notícias

Atualizado em 28/11/2014 10:39:00

Produto inovador que representa o Pará, o encauchado é um produto originário do látex da seringueira, desenvolvido dentro do Projeto Encauchados de Vegetais da Amazônia, criado pelo professor Francisco Samonek, mestre em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais e já presente em quase 50 comunidades, espalhadas por quatro Estados da Amazônia – Pará, Amazonas, Acre e Rondônia.

Por reconhecer a importância desses produtos no contexto do desenvolvimento sustentável do Pará, a Companhia Paraense de Turismo (Paratur) iniciou, em parceria com o Espaço São José Liberto, que administra o Polo Joalheiro, um trabalho de promoção e divulgação desse produto, que atraiu muitos olhares e despertou o interesse comercial do público do 26º Festival de Turismo de Gramado (Festuris). Carlos Figueira, gerente de Promoção da Paratur, responsável pelo estande do Pará no evento, garante que a experiência é promissora.

O estande do Pará no Salão de Sustentabilidade, no Festuris, atraiu muitos visitantes no período de 7 a 9 deste mês, no Serra Park de Gramado (RS). Em parte, encantados com o material em exposição, que representa muito bem os segmentos turísticos de cultura e natureza, mais fortes do Pará. O projeto Encauchados de Vegetais da Amazônia conta com o apoio do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), da Universidade Federal do Pará (UFPA), e da Universidade Federal do Acre (Ufac), além do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Comunidades extrativistas, ribeirinhos e quilombolas produzem objetos utilitários com a técnica do encauchado, que integram a variedade de produtos encontrada na Casado Artesão, no São José Liberto.

Os encauchados resultam de práticas artesanais com uso racional e sustentável de recursos da floresta amazônica. “A promoção destes produtos, indicados pelo Polo Joalheiro, são de extrema importância como estratégia sustentável para o manejo e a revitalização dos seringais nativos na Amazônia. Além de divulgar as técnicas artesanais indígenas e manter os traços culturais das populações extrativistas e indígenas da Amazônia”, explica Carlos Figueira, gerente de Promoção da Paratur, que coordenou o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

estande do Pará no Festival de Turismo de Gramado, local onde o Espaço São José Liberto esteve presente. Carlos assegura que, pela aceitação do produto, certamente vai integrar outras ações promocionais do turismo do Pará, coordenadas pela Paratur.

Os encauchados têm origem na cultura indígena e são conhecidos como a borracha da Amazônia. O artesanato é resultado de uma técnica de impermeabilização de tecido com o uso do látex da árvore do Caucho (Castilloaulei) para a fabricação de uma série de produtos, como vasos, roupas, bolsas, sapatos, suplás, porta-copos etc.

Benigna Soares

Companhia Paraense de Turismo

25 Lava-Jato: PF liga doleiro aos Cinta Larga na extração de diamantes em terras indígenas
SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 28.11.2014

Agenda de Chater indica movimentação de recursos da venda ilegal de gemas



SÃO PAULO - O doleiro Carlos Habib Chater é suspeito de participar da extração ilegal de diamantes nas terras dos índios cinta-larga, entre Mato Grosso e Rondônia, e de movimentar recursos da venda ilegal de gemas no exterior. A Polícia Federal apreendeu na agenda de Chater uma anotação com o nome de Raimundo Cinta Larga e o número de uma conta corrente em Cacoal (RO), onde o indígena mora.

Raimundo é filho do cacique João Bravo Cinta Larga, visto como empreendedor por ter feito uma hidrelétrica de pequeno porte no Rio Roosevelt, por criar gado e peixes para vender. Nos dados extraídos do programa Money, que serve para gerenciar finanças pessoais mas, segundo a PF, também é usado para controle paralelo de contabilidade de empresas, o nome “Raimundinho” aparece como destinatário de oito remessas de dinheiro em 2013, num total de R\$ 21.450,00.

No início da Operação Lava-Jato, a PF colheu indícios de que Chater teria se unido a Francisco Angelo da Silva e Júlio Luís Urnau para atuar na extração ilegal de diamantes, por meio da Cooperativa Extrativista Cinta Larga de Rondônia (Coopecilar). Raimundo Cinta Larga é presidente da Coopecilar. Nas movimentações financeiras de Chater, constam despesas de viagem a Cacoal de uma pessoa identificada como “Júlio”. Em março, Urnau foi levado coercitivamente a depor na PF.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

DOLEIRO E SÓCIO TINHAM CASA DE CÂMBIO

Júlio Urnal é ex-secretário adjunto dos Transportes do Distrito Federal, ligado ao grupo de José Roberto Arruda, ex-governador do DF condenado por improbidade administrativa por participar do esquema de corrupção conhecido como mensalão do DEM.

O advogado Raul Canal afirmou que a Coopecilar nunca retirou um diamante da terra indígena e que foi criada para lutar pela regularização da extração pelos próprios índios. Segundo ele, há duas ações em curso que pedem que o garimpo feito pelos cinta-larga seja autorizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Ele afirmou que Urnau e Chater eram sócios numa casa de câmbio chamada Valortur e que financiaram a cooperativa dos cinta-larga durante alguns meses porque pretendiam, depois que a extração fosse legalizada, atuar na venda de diamantes. Segundo ele, Chater não cumpriu o trato e parou de financiar.

26 Incra instala Mesa Permanente de Política Quilombola no Mato Grosso
SÍTIO INCRA, 28.11.2014



Na semana de comemorações do Dia da Consciência Negra (20 de novembro), a superintendência regional do Incra no Mato Grosso promoveu a reunião de instalação da Mesa Permanente de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, um espaço institucional que objetiva identificar problemas e encaminhar soluções relativas à regularização dos territórios quilombolas.

Nesse primeiro encontro foi explicado o trâmite do processo de regularização de territórios quilombolas em todas as suas fases e informada a situação dos 68 processos abertos na Superintendência de Mato Grosso: 3 comunidades com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicados, 9 com RTIDs em andamento, 3 com processos encerrados, 9 comunidades não localizadas e 42 sem demais providências. Dos processos cujos RTIDs já foram publicados, os dois primeiros, Mata Cavalo, em Nossa Senhora do Livramento, e Lagoinha de Baixo, na Chapada dos Guimarães, estão na fase de desapropriação e desintrusão. O processo de Campina de Pedra, em Poconé, será encaminhado ainda este ano para a publicação da Portaria de Reconhecimento

Encaminhamentos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 214/ 2014

Brasília, 28 de novembro de 2014.

A superintendência pretende solicitar recursos para a elaboração de relatórios antropológicos de 20 comunidades quilombolas, seja por meio da realização de Pregão Regional ou da celebração de parcerias com universidades locais, observando a legislação pertinente. Os critérios para escolha das comunidades a serem contempladas são as que se encontram em situação de conflito agrário e de alta vulnerabilidade social.

O superintendente do Incra/MT, Salvador Soltério de Almeida, estabeleceu o compromisso de apresentar na reunião seguinte o detalhamento da execução da agenda de trabalho no biênio 2015/2016, apresentando metas que buscarão ser atingidas e as formas pelas quais elas serão executadas. Além disso, trará para as reuniões da mesa pautas que possam ser solucionadas por meio de parceria das instituições participantes. A mesa também terá convocação regionalizada, considerando a localização das comunidades e a atuação de cada órgão, quando a pauta em questão a fizer necessária.

Instituições presentes

O evento aconteceu no último dia 18 de novembro, no auditório do Parque Massairo Okamura em Cuiabá (MT), e contou com a participação de representantes da Superintendência de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de Mato Grosso, Conselho Estadual de Promoção à Igualdade Racial (Cepir), Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), Ministério Público Federal, Procuradoria da República em Mato Grosso, Defensoria Pública da União no Mato Grosso, Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Coordenação Estadual do Programa Terra Legal em Mato Grosso, Coordenação Municipal das Comunidades Quilombolas de Poconé.

Além de servidores do Incra/MT, participaram também quilombolas das Comunidades de Jejum, Campinha de Pedra, Lagoinha de Cima, Coitinho, Bocaina e Capão do Negro.

Próxima reunião

O próximo encontro deverá acontecer na primeira semana de março de 2015 e terá como pauta a questão dos territórios quilombolas incidentes em áreas públicas pertencentes ao estado.